



4.3. REGIMENTO DO CONSELHO FISCAL

SUMÁRIO

4. Governança	3
4.3. Regimento do Conselho Fiscal.....	3
4.3.1. Introdução	3
4.3.2. Conselho Fiscal	3
4.3.3. Reuniões do Conselho Fiscal	3
4.3.4. Cédula de Presença	4
4.3.5. Considerações finais	5

4. Governança

4.3. Regimento do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Bombril – COOPERBOMBRIL** é um órgão fiscalizador supremo da cooperativa, independente e subordinado unicamente à Assembleia Geral, cujas atribuições são definidas no Estatuto Social.

4.3.1. Introdução

No estatuto social estão definidas a composição, o mandato, vacância, ausência, impedimentos e competências do conselho fiscal. O principal tópico a ser observado será as atribuições necessárias para o cumprimento de suas funções dentro da **COOPERBOMBRIL**.

4.3.2. Conselho Fiscal

O conselho fiscal tem a finalidade de fiscalizar, controlar e questionar os assuntos que divergem das normas administrativas e financeiras da **COOPERBOMBRIL**, zelando pelo cumprimento da legislação cooperativista, trabalhista e fiscal em prol da Assembleia Geral.

A administração da sociedade será fiscalizada por um conselho fiscal, constituído de 03 membros efetivos e 03 suplentes, todos associados e eleitos pela assembleia geral, sendo permitida a reeleição de 1/3 de seus membros efetivos e suplentes, com mandato de 03 (três) anos.

O conselho fiscal exercerá assídua e minuciosa fiscalização sobre as operações e atividade da cooperativa, investigando fatos, colhendo informações, examinando livros e documentos, cabendo-lhe também fazer inquérito de qualquer natureza.

4.3.3. Reuniões do Conselho Fiscal

O conselho fiscal reunir-se-á, separadamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e extraordinariamente sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes.

Na primeira reunião do conselho fiscal, após a homologação dos nomes pelo Banco Central, os membros efetivos do conselho escolherão entre si um coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e um secretário para lavrar as atas.

As reuniões do conselho fiscal se realizarão sempre com a presença de 3 (três) membros, efetivos ou dos suplentes previamente convocados.

A cooperativa poderá designar um colaborador para fornecer as informações solicitadas pelo conselho e também para responder aos questionamentos efetuados.

As atividades fiscalizadoras realizadas constarão de atas, lavradas em folhas soltas a serem encadernadas e numeradas, lidas, aprovadas e assinadas ao final dos trabalhos pelos presentes.

O conselho fiscal poderá preparar cronograma de atividades para o desempenho de suas tarefas.

O conselho fiscal deverá utilizar-se dos relatórios das auditorias cooperativa, interna e externa, se houver, bem como dos trabalhos efetuados pelo órgão de controle interno.

Atentar para a formalística da ata, efetividade das reuniões e se o órgão acompanha os índices de desempenho, enquadramentos e todos os processos efetuados pela cooperativa, principalmente no tocante a seu produto principal que é a concessão de crédito.

Todos os documentos, inclusive os originais das atas, relacionados às reuniões ficarão arquivados para futuras verificações.

Todos os participantes das reuniões, incluindo os conselheiros, os diretores, os convidados, os técnicos e outros, têm por obrigação ética, legal e profissional de manter sigilo das informações relacionadas às reuniões do colegiado, tornando-se legalmente responsáveis por quaisquer eventuais divulgações indevidas.

Para garantir um trabalho adequado e no cumprimento de ações de governança adequadas, é importante que as atas produzidas pelo conselho fiscal circulem nas reuniões da Diretoria Executiva e vice e versa registrando em ata a ciência para as pautas discutidas.

4.3.4. Cédula de Presença

As cédulas de presença pagas aos membros do Conselho Fiscal da **COOPERBOMBRIIL**, por representarem uma forma de retribuição pelo trabalho prestado, possuem caráter salarial, incidindo sobre ela a contribuição previdenciária.

Os valores serão definidos pela Assembleia Geral Ordinária para o participante na reunião.

O pagamento da Cédula de Presença ocorrerá no prazo máximo de 30 dias corridos após a realização da reunião do Conselho Fiscal.

Os membros suplentes somente farão jus ao recebimento da cédula de presença quando efetivamente estiverem atuando em substituição ao membro efetivo ausente e/ou afastado.

4.3.5. Considerações finais

Os conselheiros devem observar os comportamentos éticos e as condutas pessoais mais praticadas nos relacionamentos institucionais, especialmente aqueles apresentados no código de conduta.

O Regimento do Conselho Fiscal será aprovado e revisado a cada 2 (dois) anos, ou quando houver exigências / alterações dos órgãos normativos pela Diretoria Executiva, da **COOPERBOMBRIL** que deverá assegurar sua divulgação, bem como manter documentação relativa à disposição do Banco Central do Brasil.

Esse documento foi levado ao conhecimento do conselho fiscal que tomou ciência do conteúdo sendo aprovado por seus integrantes para ser levado à Diretoria Executiva para formalizar à aprovação final.

Este documento é parte integrante da estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos. Estrutura completa no **ANEXO I - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS** destacada no grupo **1. Estrutura**, item: **1.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS**.

Marcus Fraga Rodrigues
Diretor Presidente

João Carlos Dias
Diretor Secretário

Emerson Aparecido Sampaio
Diretor Tesoureiro